ESTADO DE MINAS
Publicado em 20/04/2024 - 05:55

Cerca de 20% do público-alvo buscou a vacina contra a gripe

BRASIL TEM RENDA PER CAPTA RECORDE. MG TAMBÉM AVANÇA

Pnad indica R$ 1.848 em 2023 no país, maior valor da série histórica, iniciada em 2012. No estado, destaque é o rendimento médio das pessoas que têm remuneração

TULIO SANTOS/EM/D.A.PRESS

O rendimento dos trabalhos do conjunto da população respondeu por 74,2% da composição da renda média domiciliar per capita no Brasil, em 2023

SILVIA PIRES

A renda média domiciliar per capita (por pessoa) subiu para R$ 1.848 por mês no Brasil em 2023, de acordo com o IBGE, que divulgou ontem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua: Rendimento de Todas as Fontes 2023. Essa renda média é a maior da série histórica, iniciada em 2012. Em relação a 2022 (R$ 1.658), o rendimento teve alta de 11,5%. O recorde anterior da série havia sido alcançado em 2019 (R$ 1.744), antes da pandemia de COVID-19. Pouco abaixo da média nacional, Minas Gerais desponta como destaque na pesquisa em ritmo de crescimento e diminuição da diferença em relação à média do país. O rendimento de todas as fontes no estado, considerando a população residente com renda, atingiu o pico no ano passado (R$ 2.753) e agora se aproxima da média nacional (R$ 2.846). Esse cálculo (R$ 2.846) é relativo ao conjunto da renda dividido apenas pelas pessoas que moram no domicílio e que têm remuneração.

A pesquisa leva em conta todas as fontes de renda, incluindo tanto os rendimentos de trabalho como benefícios sociais do governo, aposentadoria/pensão, aluguéis, entre outros. No ano passado, a renda média per capita – recorte que leva em consideração os valores somados da renda das pessoas economicamente ativas de uma residência divididos pelo número de ocupantes do espaço – avançou nas cinco grandes regiões do país, chegando a R$ 1.846. O Sudeste registrou o maior valor (R$ 2.237), e o Nordeste, o menor (R$ 1.146). No recorte das unidades da federação, o Distrito Federal aparece no topo do ranking.

O rendimento per capita local foi de R$ 3.215, seguido pelos resultados de São Paulo (R$ 2.414), Rio de Janeiro (R$ 2.305), Rio Grande do Sul (R$ 2.255) e Santa Catarina (R$ 2.224). Minas Gerais registrou R$ 1.863. O Maranhão teve a menor renda per capita do país, a única abaixo de R$ 1.000. O valor local foi de R$ 969. Acre (R$ 1.074), Pernambuco (R$ 1.099), Alagoas (R$ 1.102) e Bahia (R$ 1.129) vêm na sequência.

►►►

"Estamos vendo uma estabilidade, inclusive em mínimas históricas. Muito em função de programas sociais, que foram ampliados, atingindo o maior número de pessoas e em valores superiores. A situação de desigualdade do país é elevada, a gente não pode negar isso, mas está estabilizada"

HUMBERTO SETTE, Coordenador estadual da PNAD em Minas Gerais

DESIGUALDADE EM MINAS

Interrompendo a trajetória de queda observada nos últimos anos, a desigualdade na distribuição de renda, medida pelo índice de Gini, cresceu em Minas Gerais. O indicador ficou em 0,463 no estado, número ainda assim inferior à média nacional (0,508). O Gini reflete a concentração de renda, variando de zero (igualdade máxima) a um (desigualdade máxima). Quanto menor o resultado, mais baixa é a disparidade entre os extremos da população. O índice é calculado a partir dos dados de rendimento médio domiciliar per capita (por pessoa).

O crescimento da concentração de renda em Minas, na avaliação do coordenador estadual da Pnad Contínua, é um reflexo do aquecimento do mercado de trabalho e não configura uma perda de renda dos mais pobres. "Eu nem chamo isso de um ponto negativo, porque acaba sendo consequência ligada a essa questão do trabalho. Quando a gente entra no detalhe para tentar entender esses dados, vemos que esse crescimento não acontece porque as pessoas que ganham menos estão perdendo renda. É porque as que ganham mais estão ganhando renda em um ritmo maior. Gera uma desigualdade, mas não é em detrimento de quem recebe menos", aponta o coordenador estadual da Pnad Contínua em Minas Gerais, Humberto Sette.

O motivo para o ritmo acelerado de incremento na renda de algumas parcelas da população não é detalhado na pesquisa. Questionado pela reportagem, Sette afirma que a explicação demanda maior estudo e que isso será incluído no radar do IBGE para as próximas pesquisas. "É importante a gente tentar entender isso em detalhes. A gente não tem, não trouxe isso agora, mas eu acho que é um dado de interesse para ficar de olho e tentar entender nas nossas próximas divulgações. Em quais setores da economia Minas está se sobressaindo e por quê?", afirma.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Na passagem de 2022 para 2023, enquanto o rendimento médio do trabalho no Brasil cresceu 10,4% entre os 10% do topo da distribuição, a alta foi menor, de 1,8%, entre os 10% mais pobres. A elevação na média geral foi de 7,2%. De acordo com a pesquisa, o índice específico do trabalho subiu de 0,486 em 2022 para 0,494 em 2023. Sob efeito do programa Bolsa Família, a desigualdade permaneceu em uma mínima histórica no Brasil. O indicador ficou em 0,518 no ano passado, o primeiro do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Assim, repetiu o patamar mínimo da série, que já havia sido registrado em 2022 (0,518), ainda no mandato do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A máxima da série ocorreu em 2018 (0,545), antes da pandemia. A ampliação de programas como o Bolsa Família, segundo o IBGE, ajudou a segurar a desigualdade na mínima da série no ano passado. "Estamos vendo uma estabilidade, inclusive em mínimas históricas. Muito em função de programas sociais, que foram ampliados, atingindo o maior número de pessoas e em valores superiores. A situação de desigualdade do país é elevada, a gente não pode negar isso, mas está estabilizada", aponta Humberto Sette.

Apesar do crescimento da renda média domiciliar per capita, os 40% mais pobres da população brasileira têm rendimento mensal 39,4 vezes menor do que o grupo dos 10% mais ricos do país, de acordo com a Pnad Contínua. Embora mostre a desigualdade entre os grupos, essa relação continuou no menor patamar da série histórica iniciada em 2012. Em 2023, a renda média domiciliar per capita (por pessoa) alcançou o recorde de R$ 7.580 por mês entre os 10% mais ricos. A alta foi de 12,4% ante 2022. Enquanto isso, a renda per capita dos 40% mais pobres chegou a R$ 527 no ano passado, outra máxima da série histórica. O crescimento foi de 12,6% na comparação com o ano anterior.

O levantamento vai além do mercado de trabalho e também traz informações de recursos obtidos pela população por meio de iniciativas como programas sociais, aposentadorias, pensões e aluguel. "Esse benefício que vem dos benefícios sociais, ele é importante, é fundamental até para eliminar a desigualdade, para criar condições para que as pessoas busquem trabalho, porém, ele não advém de geração de riqueza. Ela advém do tributo que a gente paga, então é diferente. Por isso, a gente vê isso como positivo o cenário de Minas Gerais em que a renda vem sendo puxada pelo trabalho", destaca o coordenador estadual da Pnad Contínua em Minas Gerais.

BOLSA FAMÍLIA

As transferências de renda do Bolsa Família, que substituiu o Auxílio Brasil, chegaram a 19% dos domicílios do país em 2023 – quase um em cada cinco lares. É o maior percentual de alcance em uma série histórica iniciada em 2012, indicam dados divulgados ontem pelo IBGE. Em termos absolutos, o resultado significa que 14,7 milhões de domicílios, de um total de 77,7 milhões de endereços, tinham beneficiários desse rendimento no ano passado. Segundo o IBGE, as transferências contribuíram para elevar a renda de camadas mais pobres da população, impedindo um aumento da desigualdade. O Maranhão foi a unidade da federação com o maior percentual de domicílios com Bolsa Família ou Auxílio Brasil: 40,2%. Os três estados do Sul preenchem a outra ponta da lista. Santa Catarina (4,5%), Rio Grande do Sul (8,6%) e Paraná (9,2%) registraram as menores proporções de domicílios com Bolsa Família ou Auxílio Brasil.

O IBGE atribui a melhora do rendimento mensal no país ao aquecimento do mercado de trabalho e ao aumento real do salário mínimo. "O país está em crescimento, o mercado de trabalho está aquecido. A massa salarial está aumentando e, em Minas, isso está acontecendo em um ritmo maior, e até melhor do que no país", ressalta Sette.

Em Minas Gerais, a população residente com rendimento em 2023 era de 14,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 49,4% da população mineira. O contingente de moradores com rendimento em Minas ainda é 43% maior ao registrado em 2022 (10,2 milhões). Enquanto isso, a proporção de beneficiários de programas sociais em Minas permanece abaixo do percentual nacional em 2023.

Uma parcela significativa da renda, que inclusive aumentou em relação aos anos anteriores, vem do trabalho. Isso é um dado importante, porque no Norte e Nordeste, por exemplo, houve uma evolução muito rápida, mas muito em função de programas sociais, como o Bolsa Família. O que fez inclusive cair os índices de desigualdade nessas regiões", aponta o coordenador estadual da Pnad Contínua.

O destaque de Minas Gerais está no rendimento médio mensal real de todas as fontes. Se, em 2012, primeiro ano da série histórica, a diferença do rendimento dos mineiros em relação à média do país foi de R$ 297, em 2023, ela foi de R$ 93. "O que chama muita a atenção porque esse número é historicamente menor em Minas. Não é muito inferior, mas é abaixo no contexto do Brasil. Minas fica em uma situação mediana, sempre foi assim", destaca afirma o coordenador estadual da Pnad Contínua.

Esse ritmo de crescimento e diminuição da diferença coloca o estado em uma posição de destaque e traz esperança para o ano que segue. "Seria muito surpreendente se daqui a pouco a gente conseguir chegar até ultrapassar a média nacional, porque a queda realmente foi muito pronunciada", avalia Sette. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.